



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAMARIS BATISTA FARYJ

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

PARANAGUÁ

2018

DAMARIS BATISTA FARYJ

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Artigo apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à Conclusão do Curso Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Silvana Cássia Hoeller.

PARANAGUÁ

2018

Educação Especial Inclusiva na Educação do Campo

Damaris Batista Faryj¹

RESUMO

O presente estudo tem como tema Educação Especial Inclusiva na Educação do Campo. O objetivo geral é analisar a Educação Especial Inclusiva na Educação do Campo. Os objetivos específicos são: relacionar a Educação Especial Inclusiva com a Educação do Campo; averiguar o trabalho pedagógico junto aos alunos inclusos na Educação do Campo e caracterizar a Educação Especial e a Educação do Campo. A metodologia se caracteriza como pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica em autores. Serão abordados autores da área da Educação Especial Inclusiva como Morin (2011), Leitão (2010), Rodrigues (2003), entre outros. Na Educação do Campo autores como Caldart (2003), Molina (2002), Mançano; Cerioli; Caldart (2009), entre outros. Concluiu-se que é preciso conhecer os documentos e diretrizes tanto da Educação Especial Inclusiva quanto da Educação do Campo pois essas duas modalidades educacionais quando juntas, podem viabilizar a formação integral dos sujeitos que moram e vivem no campo.

Palavras- chave: Educação do Campo. Educação Especial Inclusiva. Formação.

1 INTRODUÇÃO

A escola representa uma pequena parte da sociedade na qual se reproduzem as mais variadas formas de relações humanas, ou seja, as relações interpessoais, além de reproduzir várias formas de discriminação. No entanto cabe ressaltar aqui, que o que preocupa a sociedade são as formas com as quais pessoas com

¹ Pós-graduanda do Curso de Especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão (GPEDI), Universidade Federal do Paraná.

deficiências são tratadas, muitas com intolerância por não apresentarem um padrão estético estabelecido pela sociedade, e isso tem reflexo no ambiente escolar. Ao longo da história, nota-se que a educação das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, está impregnada de exclusão, negação dos direitos, desrespeito às diferenças particulares que elas apresentam. Atualmente foi proposto um novo modelo de educação inclusiva, na qual a escola deve assumir o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, inclusive aquele que apresenta algum tipo de deficiência. Através de vários documentos legais, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborado na Conferência de Jomtien em 1990 e a Declaração de Salamanca de 1994 foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2008) implantada nas escolas que aderiram por meio do Programa de Sala de Recursos Multifuncional, na qual ocorre o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A Educação Especial que antes era uma modalidade de educação substitutiva passou a ser parte integrante desse novo sistema educacional, que visava o princípio do atendimento às diversidades.

O objetivo geral do presente estudo é analisar a Educação Especial Inclusiva na Educação do Campo. Os objetivos específicos são: relacionar a Educação Especial Inclusiva com a Educação do Campo; averiguar o trabalho pedagógico junto aos alunos inclusos na Educação do Campo e caracterizar a Educação Especial e a Educação do Campo. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica e fundamentação teórica em autores. Foram abordados autores da área da Educação Especial Inclusiva como Morin (2011), Leitão (2010), Rodrigues (2003), entre outros. Na Educação do Campo autores como Caldart (2003), Molina (2002), Mançano; Cerioli; Caldart (2009), entre outros. O estudo trará um panorama da Educação especial e inclusiva, bem como os marcos legais que ao longo da história garantiram as pessoas com deficiência o acesso a educação. Também será apresentado o histórico da Educação do Campo, bem como a luta dos povos do campo para que seus direitos educacionais fossem assegurados e por fim será abordada a forma como ocorre essa relação entre a Educação do Campo e Educação Especial e Inclusiva, como vem sendo garantido a Educação especial no Campo e os relatos de duas mães/professoras que trabalham na escola do Campo do Município de Paranaguá, onde elas mencionam os problemas que ainda existem em relação às garantias educacionais na Educação Especial dentro de suas comunidades.

PANORAMA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

No decorrer da história da humanidade, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência puderam vivenciar experiências de várias formas. Foram experiências que oportunizaram ações de exclusões nas quais esses indivíduos tiveram seus direitos de cidadão negados, e essa exclusão abrangem todos os segmentos da sociedade. Muitas pessoas deficientes eram submetidas às ações de segregação, estando essa participação condicionada a modificações pelas quais o indivíduo com deficiência precisava passar. A exclusão e a discriminação são ações que marcaram a história das pessoas com deficiência.

Na concepção de Costa (1992), desde a Antiguidade existe esta visão segregadora que se manifestou nas diferentes fases da história, notando-se posteriormente evoluções na forma como foram e são encarados os direitos dessas pessoas.

Já Omote (1999) relata que a partir da década de 70, no Brasil, os serviços destinados a deficientes passaram a ser vistos sob a ótica da dimensão integração/segregação.

Ainda, conforme descreve Costa (1992) esses indivíduos passaram por períodos de institucionalização, quando viviam longe do convívio social, depois passaram por períodos em que eram separados em escolas ou classes especiais de acordo com as características de suas deficiências, sendo que a participação em ambientes comuns só seria possível mediante um processo denominado de Normalização.

Para Omote (1999) A defesa da normalização como objetivo a ser alcançado, através do processo de integração, gerou muitas discussões com interpretações equivocadas, resultando nas mais variadas práticas pretensamente integracionistas. Não raras vezes praticou-se a normificação em vez da normalização, isto é, os deficientes foram encorajados a passar por normais, administrando informações a seu respeito, no sentido de não tornar conhecida a sua condição de excepcionalidade. Conforme Sasaki (1997, p. 32), normalizar “[...] significa criar, para pessoas atendidas ou segregadas de algum modo, ambientes o mais parecido possível com aqueles vivenciados pela população geral”.

Na atualidade, vivencia-se o processo denominado “inclusão”, no qual os indivíduos com deficiência conquistaram, através da legislação, a garantia de direitos educacionais iguais. O acesso à escolarização em instituições educacionais públicas

está garantido, no entanto, isso não significa participação plena em todas as atividades.

Efetivamente a garantia dos direitos de igualdade para o acesso e participação no sistema escolar foi estabelecida a partir da Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Salamanca no ano de 1994. Este documento apresenta o princípio da escola inclusiva:

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidade. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.5).

A concepção de Educação Inclusiva trazida pelo princípio fundamental da Declaração de Salamanca (1994) propõe mudanças no modelo escolar, no qual a escola deve assumir o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos, inclusive do aluno deficiente. Antes da implantação desse novo modelo denominado “Educação Inclusiva”, a meta da escola e da classe especial era normalizar a pessoa com deficiência e somente depois de atingido o padrão de normalidade almejado é que eles poderiam se integrar ao convívio da escola comum.

Conforme Carneiro (2012), a meta de normalizar a pessoa com deficiência negava a condição de diferença e estabelecia parâmetros homogêneos de desenvolvimento, descaracterizando o papel da escola enquanto instituição responsável pela formação das novas gerações a partir do conhecimento elaborado pela humanidade ao longo do tempo, passando a ter como foco principal a modificação do aluno com deficiência por meio da reabilitação de funções ou da habilitação para o desempenho de funções inexistentes em virtude da deficiência. Com essa atuação, a escola contribuiu para o não desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência, ficando os mesmos aleijados dos processos de educação formal e, como era de se esperar, sem atingir o padrão de normalidade.

Morin (2011) relata de forma brilhante a questão da condição humana e aceitação da pessoa com deficiência, quando afirma que a diferença é uma condição

inerente à condição de humano e a aceitação desse valor é um imperativo inquestionável.

Sobre esses princípios Morin (2011) diz que:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. (MORIN 2011. p.49-50)

Não se nega que grande parte das Instituições de Ensino e não poucos profissionais da área da educação e saúde, reconheçam, acolham e respeite a diversidade, pois é dessa forma que se compreende o ser humano, e, a partir dessa prática se reorganizem e se for o caso modifique e adequem suas práticas com o propósito de oferecer oportunidades e condições iguais de ensino e aprendizagem, focando uma sociedade democrática, igualitária e justa, buscando alternativas para atender todos os educandos, inclusive os que possuem deficiência.

O objetivo da escola inclusiva é desenvolver competências e estratégias de ensino e aprendizagem, oferecendo aos alunos com deficiências condições de desenvolvimento educacional conforme suas possibilidades, a fim de que possam ter acesso e oportunidades no mercado de trabalho. Para que esses objetivos sejam alcançados faz-se necessário que as Instituições de Ensino promovam mudanças em seus currículos, nas estratégias de ensino, essas por sua vez, devem ser elaboradas efetivamente com a participação dos professores especialista em Educação Especial, porém, para que na prática todos os objetivos propostos sejam alcançados, é preciso promover mudanças físicas e organizacionais nos espaços educacionais, priorizando as necessidades dos educandos, bem como suas particularidades. Enfim, é necessário contemplar a inclusão no Projeto Político Pedagógico, para que, a partir da teoria, promover a prática das ações propostas nesse documento, principalmente de condições de acesso, permanência e sucesso desses educando deficientes, pois apenas o ato e a garantia de matrícula não são suficientes para afirmar que há Educação Inclusiva nas instituições escolares e que o educando com deficiência terá

oportunidade e acesso ao conhecimento assim como os demais educando sem deficiência.

A inclusão do educando no ambiente escolar não pode ser entendida como mecanismo automático para apropriação de conhecimento, é preciso entender o conceito de inclusão, ou seja, ela pode ser entendida como transformação, mudança, alteração é tornar algo diferente.

Do ponto de vista da Educação Inclusiva, a Educação Especial sofreu algumas transformações, ou seja, deixou de atuar isoladamente nas classes especiais, passando a funcionar como serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE), conforme prescrito na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a qual apresenta outros aspectos com a finalidade de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Este documento apresenta a definição do Atendimento Educacional Especializado:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Brasil, 2008, p.10)

O Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008b) também descreve os objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

Art.2º São objetivos do atendimento educacional Especializado:
I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular;
II – garantir a transversalidade da educação especial no ensino regular;
III – fomentar o desenvolvimento dos recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
IV – assegurar as condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. (BRASIL, 2008b, p.01)

Cabe aqui ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado não é um substitutivo dos currículos escolares, pois essa modalidade de ensino serve apenas como um suporte assistencial que oportuniza a esses alunos o acesso e as condições necessárias para aprendizagem, promovendo a sua autonomia, instigando para que esses exerçam de fato suas competências dentro das escolas. Contribui ainda com a

prática do docente que atua em sala regular, fazendo-o com que este possa atuar e trabalhar com todas as diferenças existentes no processo educativo.

Esse modelo de escola inclusiva nos leva a entender que todos os alunos, independentes das características que apresentam, poderão se apropriar de forma linear do conhecimento dentro das salas comuns de ensino. No entanto a educação Especial que na história da educação sempre ocupou um espaço de substituição escolar atendendo aos alunos deficientes, passa a desenvolver um novo papel na educação, ou seja, passou a atender esses alunos como uma forma de complementação escolar através do Atendimento Educacional Especializado que contempla o atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, alunos público alvo da Educação Especial, matriculados em classes comuns de ensino, porém que necessitem de complementação ou suplementação do ensino oferecido (PALMA, 2016, p. 38).

O Atendimento Educacional Especializado passa por todas as modalidades de ensino, contemplando cada educando atendendo as suas particularidades, tendo o objetivo de fornecer os recursos necessários à formação do educando, porém para que essa apropriação ocorra fazem-se necessárias algumas mudanças de valores e atitudes de alguns professores e da equipe pedagógica. A princípio é necessário romper com a ideia do idealismo, pois cada educando é único em suas particularidades, é preciso desprender-se da ideia da homogeneidade, uma vez que, a apropriação do conhecimento não ocorre de forma linear, e cada educando apresenta necessidades diferentes um do outro, mesmo os considerados normais.

Cada educando tem uma forma de receber e interagir com o mundo que os rodeia, bem como, não poucos desses tem afinidades com áreas de conhecimentos distintas, motivo pelo qual apresentam bons resultados. Outro fator que determina a condição do educando deficiente, são as condições social e emocional em que elas se encontram. As instituições de educação inclusiva não podem negar a condição do educando deficiente, mas reconhecer que todos são iguais na condição humana e de direito.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Brasil é um país rico em sua cultura, essa diversidade pode ser refletida em inúmeros aspectos, o que diretamente diversifica e influencia os tipos de educandos inseridos no sistema escolar.. Uma dessas diversificações ocorre com os educandos

presentes no campo. Sendo assim, não se pode cair no erro de afirmar que para que objetivos propostos serem alcançados, um modelo de ensino basta para atender as demandas de múltiplas variações presente no campo e na cidade. Para Caldart, a Educação do Campo está voltada para o homem que mora, trabalha e vive no campo, a saber:

Mas quando discutindo a educação do campo estará sendo tratada como uma educação que se volta para o conjunto de trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados á vida e ao trabalho no meio rural. (MANÇANO, CERIOLI e CALDART, 2009, p. 24).

O campo possui particularidade que a instituição escolar precisa considerar para que a educação se efetive na prática, oportunizando aos educandos campesinos o exercício pratico do saber e a partir dessa apropriação transformar a realidade.

A Educação do Campo não ocorre de forma linear e nem pode ser transmitida de tal forma, pois assim como na Educação Inclusiva, ela está recheada de uma diversidade, a qual exige que respeitemos a especificidades dos povos do campo, No caso do sujeito do campo, esta educação deve estar pautada nas características sociocultural e econômicas que essas comunidades possuem.

O manejo da terra é algo característico Das comunidades do campo do campo, pois é dela que ele extrai o seu sustento, para esses sujeitos a terra é o elemento da vida, e não apenas o seu habitat, por isso a diferença entre o que vive na cidade e o que vive no campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que preconizaram a luta por uma educação de qualidade no campo a partir da década de 90, é recorrente de interpretações quanto à sua importância para essa modalidade de educação que, segundo Caldart é:

Trabalha o tempo todo no limite entre humanização e desumanização; sua luta é de vida ou morte para milhares de pessoas, que fazem da sua participação neste Movimento uma ferramenta de reaprender a ser humano. Este é o dia a dia da educação dos Sem Terra em cada ocupação, em cada marcha, em cada acampamento, assentamento... E é este mesmo dia-a-dia que mostra que esta é uma tarefa possível e necessária; e que se é possível resgatar uma humanidade quase perdida, e ajudar pessoas adultas ou já idosas neste reaprender a ser humano, tanto mais possível e necessário é ajudar nesta aprendizagem desde a infância (CALDART, 2003, p.52).

Esse movimento organizado se mantém em pé e atuante embora a conjuntura política de perda de direitos demanda um processo de resistência quanto à

massificação de ideologias pragmáticas de currículo escolar, de sociedade e de mundo. O campo e o MST mantêm uma relação intrínseca com a natureza, pois nasce, vive e não poucas vezes permanece nela até seus últimos dias, pois essa cria razões da maneira de viver dos povos do campo, por isso a luta incessante pela posse da terra.

A educação do campo tem a tarefa central na perspectiva de contribuir com o desafio de repensar e redesenhar o desenvolvimento territorial brasileiro: educação do campo com desenvolvimento social, educação do campo com cultura, educação do campo com saúde, com infra-estrutura de transporte, de lazer, Educação do campo com cuidado do meio ambiente (MOLINA, 2002, pp. 39-40).

A valorização dos sujeitos do campo se dá a partir das lutas por educação e condições de sobrevivência no campo. Evidentemente que a escola possui um objetivo principal pelo qual se transmite os conteúdos, a história, valores, proporcionando uma visão pormenorizada de mundo, e isso deve ser trabalhado a partir do contexto no qual a escola está inserida.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) aborda a questão de se ter um olhar diferenciado acerca das pessoas deficientes que vivem em comunidades ou em grupos sociais:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008a, p.17).

A Resolução 2/2008 (BRASIL, 2008c, p.1) sobre as políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, afirma:

§ 5º Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores de necessidades especiais (sic), objeto da modalidade de Educação Especial, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular.

Pode-se observar que as leis garantem às pessoas deficientes, que residem no campo, tenham acesso à escola e a utilização dos serviços de apoio à inclusão escolar, e que suas diferenças socioculturais sejam amplamente respeitadas.

Sobre essas áreas Palma (2016) diz que:

Vale lembrar que essas duas áreas da educação tiveram um histórico de desatenção e exclusão, mesmo sendo considerado um direito social ele foi negado por muitas gerações. No caso das pessoas com deficiência, a segregação ocorreu devido a um olhar de incapacidade destes sujeitos e, no caso da população do campo, o desinteresse foi causado pela visão do campo como um lugar arcaico, de atraso, onde não aconteceria o desenvolvimento.

Outra peculiaridade sobre a Educação Especial e Educação do Campo é a ausência de produção de conhecimento na área. Como discorre Caiado (2011):

Assim, o silêncio da produção científica sobre a interface da Educação Especial na educação do campo nos coloca mais um grande desafio. Cabe à universidade cumprir seu papel na produção de conhecimento que responda ao direito à educação escolar de todos os alunos com deficiência, inclusive dos que vivem no campo. Direito à escola que compreende matrícula, permanência, apropriação do conhecimento para participação social e ao respeito às especificidades do sujeito desencadeadas não só pela condição de deficiência, mas também pelas peculiaridades culturais e sociais da vida no campo (CAIADO, 2011a, p.103).

O sujeito do campo sendo ele deficiente ou não necessita de uma educação que busque seu desenvolvimento humano e também de vida em comunidade. Uma educação que valorize os saberes trazidos de suas vivências no uso da terra, da produção agrícola e pecuária junto aos saberes constituídos historicamente pela comunidade na qual a escola está inserida. Dessa forma, uma educação dos sujeitos para a escola do campo e não ao contrário, caracterizando-se, assim, uma educação que valorize os sujeitos nela inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a revisão literária utilizada para execução desse trabalho foi possível ter a real compreensão da finalidade e quais as características da Educação no Campo e da Educação Especial e Inclusiva, o grau de importância que essa modalidade educativa tem na vida da criança e do adolescente, que vive no campo.

Durante e após esse estudo ficou evidente de que a educação no campo e educação especial não podem estar dissociadas uma da outra, mas que é preciso que ambas caminhem juntas, na busca de soluções qualitativas para o aprendizado de crianças e jovens que apresentam alguma necessidade especial.

É preciso que o estado assegure uma educação de qualidade ao aluno da Educação Especial. É dever do professor que almeja trabalhar com essa modalidade de ensino especializar-se para prestar um atendimento de qualidade ao qual a modalidade se propõe.

Nota-se que a Educação Especial na Educação do Campo ainda é um desafio para o aluno, para a família e principalmente para os professores. No entanto apesar de todas as limitações impostas ao aluno, é possível que haja transformações quando o professor desenvolve o seu trabalho com excelência, assegurando atendimento pedagógico com qualidade e interagindo com os educandos.

REFERÊNCIAS

ABE, M. S.; BARBOSA, M. C. M.; JUNIOR, R. M. F.; MOURÃO, M. S. Q.; TAVERNARD, E. P. M. A percepção, a visualidade e a mitologia amazônica: possibilidades pedagógicas na Classe Hospitalar. Disponível em **Anais do 7 Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar, Belém, Universidade Federal do Pará, 2012, p 1-12** <<http://www.construcaodosaber.com/educacaohospitalar/aceitos.php>> Acessado dia 16 de set. de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: estratégias e orientações**. Ministério da Educação, 2002.

_____. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução CNE/CEB n 02, de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Decreto nº 7.611, 17 de nov. de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

CALDART, Roseli Salette. **Movimento Sem Terra: lições de Pedagogia**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.

COSTA, N. D. M. A escolaridade do portador de Deficiência Mental: Integração ou Segregação. **Revista Temas sobre Desenvolvimento**, Ano 2, N. 7, Jul/Ago, p.08-13, 1992.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca** - Salamanca/Espanha: UNESCO 1994. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acessado em: 16 ago. 2016.

FONTES, R. S. A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. **Revista Brasileira de Educação**, 2005, n. 29, pp. 119-138. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a10.pdf>. Acessado em 05 de jun. 2016.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção questões da nossa época; v. 70).

LUDKE & ANDRE. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013.

MANÇANO, Bernardo Mançano. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salet. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”**. In. Por Uma Educação do Campo, ARROYO, Miguel. CALDART, Roseli Salet. MOLINA, Monica Castagna: 4 ed. Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A escola flexível e a pedagogia das diferenças**. Revista Pátio, ano XII, jan. 2009.

MOLINA, Mônica Castagna. Desafios para os Educadores e as Educadoras do campo. In: KOLLING, E. J.; CEROLI, P. R. & CALDART, R.(orgs). **Educação do campo**: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Caderno 4.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, 2011.

OMOTE, S. **Normalização, integração, inclusão**. Ponto de Vista, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 4-13, 1999.

PALMA, Debora Tereza: **Escolas do Campo e Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncional**. (2016) Disponível em http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_escolar/3764.pdf. Acessado em 20 de jul. 2016.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02/03 de 02 de junho de 2003**. Normas para a Educação Especial, Educação Básica para alunos com necessidades especiais.

ROLIM, C. L. A. & GOES, M. C. R. de. **Crianças com câncer e o atendimento educacional nos ambientes hospitalar e escolar**. **Educação e Pesquisa [online]**. 2009, n.3, vol.35, pp. 509-523. ISSN 1517-9702 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v35n3/07.pdf>. Acessado em 1 de jun. 2016.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SILVA Cheila, PACHECO Mirna, PINHEIRO Vanessa: **Reflexões sobre o atendimento Pedagógico Domiciliar.** 2014. Disponível em http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/43-silva_et_al.pdf. Acessado em 12 de ago. 2016.